



O MARANHÃO SEGUE EMARANHADO

Evaristo de Miranda

Na lenda de Robin Hood, o Príncipe João, governante perverso e usurpador do trono, ordenava aumentos e aumentos de impostos sobre agricultores e o mundo rural. Isso levou Robin Hood à revolta e a destituição do príncipe. Aqui, a fúria arrecadatória do Governo Federal emula alunos nos estados.

Talvez para evitar algum Robin Hood, o Pará decidiu revogar a cobrança de taxa sobre a exportação agrícola. A medida vigoraria em março. Palavras de Helder Barbalho: “Nós vamos acabar com a taxa do agro. Você que é produtor e que exporta sua produção, fique tranquilo.” Ajudará o controle da inflação dos alimentos e a redução de custos para produtores e consumidores.

Já no abstruso Maranhão, onde mais de 1,2 milhão de pessoas recebem Bolsa Família e a taxa de informalidade é de 63%, uma das maiores do país, entra em vigor uma lei análoga à revogada no estado vizinho. Na CEG (Lei Estadual 12.428), uma taxa de 1,8% sobre o valor da tonelada se aplica sobre produção, armazenamento e transporte de soja, milho, milheto e sorgo no Maranhão, sobretudo em operações destinadas à exportação.

Os produtores e a indústria de óleos vegetais recorreram à Justiça contra o imposto. Ele fere a Lei Kandir de 1996, aquela da isenção de ICMS sobre produtos e serviços

destinados à exportação. Para a Abiove, a contribuição possui diversos vícios de inconstitucionalidade, fere os princípios da imunidade tributária das exportações (art. 155, §2º da Constituição), da legalidade tributária e da não vinculação de tributo a receita específica.

Toda exportação de soja, milho, sorgo e milheto, ao passar pelo Maranhão, será vitimada. Cerca de 70% dessa arrecadação virá de grãos produzidos em outros estados. O impacto negativo não se restringirá ao Maranhão. Ele se espalhará por todo o Matopiba, parte de Mato Grosso e Goiás.

Para Aprosoja Maranhão, R\$ 200 milhões deixarão de circular na economia maranhense. Com a sanha arrecadatória do governo estadual, postos de empregos serão fechados, piorando ainda mais o nível e a qualidade de vida da população maranhense, detentora do 2º. pior IDH do Brasil.

As enredadas justificativas das autoridades maranhenses trazem à lembrança o Padre António Vieira. No Sermão da Quinta Dominga da Quaresma, na Igreja Maior de São Luís no Maranhão, em 1654, ele dizia:

E se as letras deste abecedário se repartissem pelos estados de Portugal, que letra tocaria ao nosso Maranhão? Não há dúvida, que o M. M - Maranhão, M - murmurar, M - motejar, M - maldizer, M - malsinar, M - mexericar, e, sobretudo, M - mentir: mentir com as palavras, mentir com as obras, mentir com os pensamentos, que de todos e por todos os modos aqui se mente.

Oxalá o Sermão não se aplique ao Judiciário maranhense.